



Carta de Maragogi

Realizou-se o **Encontro dos Povos das Águas, Florestas e Campos de Alagoas** no dia 03 de junho de 2022, durante o XI Simpósio Nordestino de Etnobiologia e Etnoecologia, na cidade de Maragogi, Alagoas. Participaram representantes de diferentes comunidades e povos tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores e pescadoras, camponeses e camponesas, extrativistas e combinações destes, entre outros) de Alagoas e estados vizinhos, bem como estudantes, pesquisadores e profissionais de instituições acadêmicas e não acadêmicas.

O objetivo do Encontro foi discutir temas e problemas de interesse comum, tais como: educação, sustentabilidade, modos de produção tradicionais e/ou camponeses, mudanças climáticas, patrimônio biocultural, qualidade de vida, juventudes, saúde, gênero, entre outros. As principais considerações, reflexões e reivindicações construídas durante as discussões são trazidas a público através do presente documento, intitulado **“Carta de Maragogi”**, que se direciona a tomadores de decisão e diferentes segmentos da sociedade direta ou indiretamente envolvidos com as questões discutidas. Assim:

Considerando que o Encontro, assim como toda sociedade, em especial as camadas mais pobres e vulneráveis, foram fortemente afetados: (1) pelas fortes chuvas que resultaram em tragédias com perdas de vidas nos estados de Alagoas e, principalmente, Pernambuco, demonstrando, mais uma vez, que a falta de planejamento urbano e a injustiça ambiental poderá trazer muito mais mortes em razão das mudanças climáticas; (2) pelo contexto pandêmico, com mais de 650 mil mortes causadas pela Covid-19 desde 2020, que gerou sofrimento e distanciou as pessoas, afetando a saúde de diferentes formas, algumas ainda desconhecidas; (3) pela cruel crise econômica, que reduziu drasticamente o poder de consumo das famílias e se agravou nos últimos anos, trazendo o país de volta ao mapa da fome, com mais de 33 milhões de pessoas em situação de fome.

Considerando que o bem viver dos povos das águas, florestas e campos se refere, ao mesmo tempo, à percepção coletiva de todos e de todas de que somos parte da natureza e como tal precisamos cuidar bem dela;

Considerando que o Estado prioriza as demandas do agronegócio, favorece a especulação imobiliária, incentiva a carcinicultura, o turismo de massa, e ignora de forma recorrente as demandas dos povos tradicionais, que precisam de maior união e apoio para garantir conquistas;

Considerando que as mudanças climáticas exigem uma visão de longo prazo e que, apesar disso, a maior parte das ações humanas intensificam os efeitos naturais dessas mudanças, afetando principalmente as camadas mais pobres e vulneráveis da sociedade, como as populações rurais tradicionais que dependem diretamente dos bens ou “recursos” da natureza para a reprodução de seus modos de vida e moradores de zonas periféricas das cidades;

Considerando que é fundamental que as juventudes estejam organizadas, especialmente as juventudes do campo e dos meios populares e que os coletivos facilitem a organização e o acesso a conhecimentos que articulem as questões que envolvem saúde, educação e políticas públicas;

Considerando que a educação contextualizada contribui para a valorização dos conhecimentos e saberes tradicionais, e pode também contribuir na gestão territorial e ambiental das terras dos povos tradicionais.

Considerando que o acesso à educação ainda é um desafio para as juventudes rurais, bem como a construção de um projeto de vida e de trabalho;

Considerando que os saberes que estruturam os sistemas produtivos tradicionais, desde o cultivo até o alimento servido, constituem um “patrimônio cultural imaterial”, que pode integrar identidade, satisfação e qualidade de vida, os participantes do **Encontro dos Povos das Águas, Florestas e Campos de Alagoas** anunciam as seguintes **proposições e reivindicações** para toda a sociedade:

- Exigimos maior ação dos governos, de modo que atuem de forma responsável em benefício das populações mais vulneráveis e em situação de risco de desastres por eventos climáticos extremos, como chuvas intensas e secas prolongadas. É preciso desenvolver soluções alternativas e criativas, que não se limitem às medidas convencionais dos Planos de Contingência, Habitação Popular e caminhão pipa, por exemplo.

- É necessária ação contínua da academia, dos órgãos de pesquisa e de educação que alcancem as populações do campo, no sentido de: (a) valorizar o trabalho e os produtos do campo; conscientizar as populações urbanas sobre o custo real dos alimentos (reduzindo o papel dos atravessadores); garantir de visibilidade dos rótulos e marcas que ressaltem os contextos locais de origem destes produtos, sua história, os modos de vida associados e as práticas destas comunidades humanas que promovem a proteção da natureza com geração de renda.

- Governos e sociedade precisam apoiar as comunidades tradicionais para que estas permaneçam em suas áreas, preservando sua cultura e conservando a natureza, com dignidade e qualidade. Um dos caminhos é o turismo de base comunitária e a boa governança dos recursos comuns.

- É necessário maior articulação de todos os povos. Nas palavras de uma das participantes: "*Temos que conhecer o que somos, ter a nossa identidade, ser quilombola, indígena, mas essas pessoas têm que gritar. Estão faltando os gritos! Um encontro como esse é importante (...) São muitos entraves na luta, mas o maior é a questão financeira (...) Precisamos entender a realidade do nosso povo, entender os motivos daqueles que não se envolvem na luta*".

- É necessário maior articulação dos movimentos sociais com as redes e com as instituições formais de educação, bem como com as políticas públicas voltadas ao meio ambiente, à agroecologia, educação do campo e desenvolvimento rural, como, por exemplo, a política nacional de alimentação escolar, a política de aquisição de alimentos, de captação e uso de água das chuvas e de saneamento rural.

- É necessário maior apoio de prefeituras e governos aos sistemas produtivos tradicionais, por meio de orientação na formação de Associações e Cooperativas, inclusão de seus produtos na merenda escolar e eventos oficiais, desenvolvimento de selos de qualidade, reforço à identidade com o território, elaboração de leis municipais e estaduais para valorização das atividades e produtos tradicionais.

- O apoio dos mais velhos aos jovens é de fundamental importância, não apenas para a valorização dos saberes ancestrais, como também para a construção de identidades e fortalecimento de projetos de vida da juventude no campo. Fortalecer a identidade dos povos é investir na saúde integral e na plenitude do bem viver.

- É necessário garantir políticas públicas para a juventude e apoiar a esse público no conhecimento e acesso a essas políticas, pois um projeto popular de sociedade precisa considerar a juventude e suas necessidades;

- Reconhecemos a importância da organização das juventudes camponesas (sejam elas indígenas, quilombolas ou outras), através de coletivos jovens, para garantir direitos e promover a mobilização no território. As cobranças que o sistema capitalista exerce sobre a juventude adoecem e matam cada vez mais jovens. É urgente pensar a cura a partir do território e investir na construção de territórios saudáveis;

- As políticas para o bem viver devem permear as discussões sobre saúde e educação. A saúde é multidimensional e a sua dimensão espiritual deve ser valorizada. A perspectiva da saúde integral envolve a plenitude da vida de cada ser e das comunidades a que pertencem. O adoecimento da sociedade requer uma perspectiva de “Cura planetária”;

Diante do exposto, **concluimos** que estamos comprometidos com uma perspectiva de bem viver dos povos das águas, florestas e campos, com respeito à diversidade biocultural, aos modos de vida e produção tradicionais, às juventudes, ao meio ambiente e à saúde integral. Nesse sentido, reconhecemos a necessidade de políticas públicas e investimentos que contribuam para o bem viver. Também reconhecemos a necessidade de maior articulação entre os povos e destes com as instituições de ensino, pesquisa, gestão, entre outras que possam contribuir no fortalecimento das lutas e das pautas coletivas aqui apresentadas e refletidas.

Maragogi, junho de 2022.

Lista das organizações e movimentos participantes do Encontro

Associação Aroeira (AL)

Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA - AL)

Associação de Jangadeiros Artesanais do Município de Barra de Santo Antônio (AJAMBASA - AL)

Associação de pescadores de Barra Grande (AL)

Associação de Jovens Produtores Indígenas Tingui Botó (AL)

Bacharelado em Agroecologia do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (UFAL)

Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular (UFRPE)

Boleiras de Coqueiro Seco (AL)

Boleiras de Santa Luzia do Norte (AL)

Colônia de Pescadores Z-21 “Santo Amaro” – Paripueira (AL)

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHRSF)

Conselho Indigenista Missionário

Cooperativa mista de produção e comercialização camponesa (COOPCAM - AL)

Embrapa Alimentos e Territórios

Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Laboratório de Biologia e Química do IFAL – Maragogi (AL)

Laboratório de Ecologia Conservação e Evolução Biocultural (LECEB/UFAL)

Laboratório de Etnobiologia e Conservação de Ecossistemas (LAEC/UNEAL)

Programa de Pós-Graduação em Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos (DIBICT/UFAL)

Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo e Sustentabilidade (UNEAL)

Programa de Pós-Graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza (UFRPE)

Rede de Educação Contextualizada do Agreste e Semiárido (RECASA)

Representante Assentamento Popular Maria Aparecida (RN)

Representante do Quilombo Lunga (Taquarana, AL)

Representante do Quilombola Cajá dos Negros (Batalha, AL)

Representante Kariri-Xocó (Porto Real do Colégio, AL)

Representante Quilombo Caraíbas em Canhoba (SE)

Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia (SBEE)